

## ECONOMIA



www.ticket.pt

ENTREVISTA GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS Presidente do Tribunal de Contas

# “Não se pode exigir aos contribuintes mais do que podem”

O presidente do Tribunal de Contas diz que a austeridade exige resultados em termos de crescimento e emprego.

Lígia Simões  
e Paula Cravina de Sousa  
liga.simoeseconomico.pt

O presidente do Tribunal de Contas (TC), Guilherme D'Oliveira Martins, defende que é importante haver “estabilidade governativa”, mas recusou pronunciar-se sobre a Taxa Social Única (TSU), afirmando apenas que acredita que “o bom senso prevalecerá”. Mas adverte que a austeridade exige resultados no crescimento e emprego.

**São muitas as vozes que criticam as novas medidas de austeridade. Há espaço para mais austeridade?**

As medidas fiscais têm um limite natural que são as capacidades contributivas. Não se pode exigir aos contribuintes mais do que podem.

**Considera que os portugueses estão preparados para medidas de austeridade desde que justas e que se perceba o sentido?**

A austeridade não é um fim em si. É um instrumento que exige resultados em termos de crescimento, emprego e desenvolvimento.

**Como avalia o adiamento por um ano do prazo para cumprimento do défice, para 2,5% em 2014?**

É algo de natural considerando a evolução recente da situação europeia.

**A economia faz-se para as pessoas e não o contrário. Esta máxima não impõe a necessidade de rigor financeiro e orçamental serem sinónimos de mais justiça, mais emprego e mais desenvolvimento? Estes objectivos são atingidos com as novas medidas de austeridade, nomeadamente o aumento da TSU para os trabalhadores e redução das contribuições para as empresas? Que alternativas poderão ser apresentadas?**

Não me pronuncio sobre o tema. Acredito que o bom senso prevalecerá.

**Tem defendido que a maioria parlamentar do PSD e do CDS-PP é extraordinariamente importante no eventual sucesso deste novo ciclo político. Mantém-se optimista quanto a este objectivo depois da crise política aberta com as mexidas da TSU?**

Continuo a dizer o mesmo – é importante haver estabilidade governativa, maioria parlamentar de governo e uma maioria alargada que assegure o cumprimento do Memorando tal como foi formulado oportunamente.

**Como é que poderá ser recuperado ou reforçado o consenso**

“

**As instâncias políticas têm de encontrar medidas mais justas e duráveis, que salvaguardem o emprego e o desenvolvimento.**

**político para o cumprimento do programa de assistência económica acordado com as entidades internacionais?**

A confiança dos cidadãos e dos mercados obriga neste momento a fazer tudo o que esteja ao alcance das instâncias políticas no sentido de encontrar medidas mais justas e duráveis, que salvaguardem o emprego e o desenvolvimento.

**O TC tem neste momento os poderes suficientes para responder ao controlo de gastos e despesas que o contexto de crise exige?**

A acção do TC constitui uma garantia de confiança para os cidadãos, de respeito dos compromissos e sustentabilidade das finanças públicas.

**Os alertas que o TC tem feito com vista a uma maior clareza na apresentação das contas têm sido acatados?**

As recomendações têm vindo a ter maior acatamento, mas é indispensável cumprir generalizadamente o Plano Oficial de Contabilidade Pública, assegurar a prestação electrónica de contas e assegurar uma gestão sóbria e rigorosa dos recursos.

**Houve esse empenho por parte do anterior Governo e concretamente pelo anterior ministro das Finanças, Teixeira dos Santos?**

O professor Teixeira dos Santos e o professor Vitor Gaspar foram sempre bons aliados do Tribunal de Contas.

**As PPP são uma ideia positiva, mas mal executada? Considera que não foi acautelado o equilíbrio entre o risco assumido pelo Estado e pelas entidades privadas?**

Já o repeti várias vezes. O mal não está nas figuras jurídicas a que se recorre mas nos abusos que existem, nomeadamente no que respeita à partilha de riscos, à transparência dos processos negociais e aos encargos, duração e consequências para os cidadãos em termos de serviço público. ■

O presidente do Tribunal de Contas e do Conselho de Prevenção da Corrupção, Guilherme D'Oliveira Martins, é um dos oradores convidados do Observatório da Fiscalidade, que se realiza amanhã no Museu do Oriente.

